

-----**ATA N.º 28/2013**-----

-----Aos 06 dias do mês de novembro de 2013, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Victor Martins Santos; -----

-----Maria do Céu Neves Martins Louro; -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16/10/2013**-----

-----Foi presente a ata n.º 27, da reunião ordinária do Executivo de 16/10/2013, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por unanimidade.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento dos seguintes assuntos: -----

-----Auditoria da Inspeção-Geral de Finanças, a decorrer no Município de Celorico da Beira desde o dia 23 de outubro de 2013, relativamente ao controlo do endividamento e da situação financeira da Administração Local Autárquica;-----

-----O Município de Celorico da Beira abre serviços de atendimento ao público à hora do almoço, com o intuito de melhorar ainda mais a prestação aos seus Munícipes. Disse que a autarquia decidiu abrir os serviços de Tesouraria, Águas, Secretaria, Obras e Gabinete de Atendimento ao Munícipe à hora de almoço;-----

-----Mapa relativo ao ponto de situação das candidaturas do Município, cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião; -----

-----Mapa n.º 3/2013, de 6/11/2013, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião; -----

-----Informação interna n.º 3508, do Gabinete de Ação Social, esclarecendo que relativamente à informação interna n.º 3323, presente na reunião de Câmara de 16/10/2013, o aluno Diogo Gomes Pereira está integrado no escalão 3, pelo que, de acordo com a legislação em vigor não beneficia de qualquer apoio de ação social escolar. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber qual o ponto de situação relativamente ao plano de reequilíbrio financeiro.-----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que era para ser acrescentado nesta reunião uma alteração ao orçamento com o objetivo de ajustar o orçamento às exigências do Tribunal de Contas, no que diz respeito à obtenção do visto para os empréstimos de reequilíbrio financeiro, no entanto, e tal não sendo possível, irá realizar-se uma reunião extraordinária para esse efeito.-----

-----O Senhor **Deputado Manuel Portugal** pretendeu saber qual o procedimento adotado pela autarquia, relativamente às habitações degradadas, que colocam em causa a segurança dos transeuntes e dão uma má imagem da Vila de Celorico. -----

-----De seguida e relativamente à comunidade cigana, referiu que é constrangedor ver a forma como vivem em pleno século XXI, estando inclusive já a construir em espaço público. Alertou para que a câmara atue nesta situação, bem como, tome providências relativamente ao lixo que se acumula ao longo dos passeios. Reiterou que esta, não é uma forma digna de viver. -----

-----Relativamente ao primeiro ponto, a Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** explicou que no caso das habitações degradadas é feita a posse administrativa do imóvel, de acordo com a Lei.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** sobre as habitações degradadas disse que a autarquia tem dado cumprimento à Lei. É de facto notório o abandono dos proprietários, mas por vezes é difícil contactar os mesmos, porque estão ausentes do País. Neste contexto, disse que é importante desenvolver políticas a nível nacional, que apostem na revitalização urbana e desenvolvam estratégias que promovam um processo com carácter

inclusivo e integrador, capaz de dar visibilidade e interesse às aldeias, vilas e cidades do Interior.-----

-----Sobre a comunidade cigana disse que foi intentada uma ação em Tribunal pelos proprietários do terreno, por ocupação ilegal de loteamento, a qual correu termos, sendo que, a qualquer momento podem ser despejados. Na altura, foram auscultados munícipes e presidentes de junta sobre a possibilidade da cedência de terrenos ou casas devolutas nas freguesias, onde esta comunidade poderia construir as suas edificações.----

-----Relativamente ao depósito de lixo que se acumula todos os dias, já deu conta dessa situação à GNR do ambiente, uma vez que os procedimentos a adotar terão que ser iguais aos do resto da população.-----

-----Referindo-se à comunidade cigana, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** deu conhecimento de que no âmbito do IHRU havia financiamento para requalificação de casas devolutas, situação que deixou de existir.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. GRUPO PARLAMENTAR DO PCP**-----

-----**ASSUNTO: ENVIO DE PERGUNTA AO GOVERNO DA SENHORA DEPUTADA CARLA CRUZ, SOBRE O ENCERRAMENTO DE REPARTIÇÕES DE FINANÇAS NO DISTRITO DA GUARDA**-----

-----Foi presente *email* do Grupo Parlamentar do PCP, datado de 10/10/2013, com registo de entrada n.º 9102, remetendo para conhecimento cópia de pergunta formulada ao Governo, sobre o Encerramento de Repartição de Finanças no Distrito da Guarda.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que mais uma vez, esta situação irá colocar os municípios abrangidos por estas medidas numa situação ingrata, manifestando total repúdio, pela adoção destas políticas de encerramento do Interior. Repúdio que ficou bem patente aquando da

“manifestação” levada a cabo por este município no concelho de Celorico da Beira, demonstrando que quer o executivo, quer o município, estão atentos. A autarquia quis mostrar a sua indignação pelo encerramento dos serviços públicos considerados indispensáveis para garantir a fixação e a atração de população e o desenvolvimento de Celorico da Beira. Acrescentou que, com a agregação de municípios, a curto prazo, também a Câmara Municipal será apenas um balcão de atendimento, considerando esta política, desastrosa, e sem qualquer valor para o Interior. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** começou por dizer que é contra o encerramento dos serviços públicos, no entanto, entende que as ações devem ser feitas em tempo real, oportunamente. Mencionou o caso do encerramento do Centro de Saúde, que ocorreu há já algum tempo, sendo da opinião que, as manifestações deveriam ter ocorrido nessa altura. -----

-----Relativamente ao Tribunal Judicial de Celorico da Beira, referiu que, não consta da lista de encerramentos. Sobre o Serviço de Finanças, disse que apenas alguns serviços deixarão de ser prestados em Celorico da Beira e passarão a ser prestados noutra localidade. -----

-----Congratula-se com a manifestação levada a cabo no concelho, mas não, com o momento em que a mesma foi realizada. É da opinião que este Executivo deve criar dinâmicas para fixação de pessoas no concelho, para que a taxa habitacional aumente, dando sinais inequívocos ao governo, que Celorico da Beira tem potencial para contrariar as políticas impostas pela tutela. -----

-----Lançou um desafio ao executivo para que olhasse com mais atenção para as dinâmicas de crescimento económico e sustentabilidade do concelho, por forma a fixar pessoas e inverter toda esta situação. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse ter estado atento às palavras proferidas pelo Senhor Vereador Manuel Portugal que é um novo

membro neste executivo, no entanto, considera que quando surge uma situação de encerramento, nem que seja apenas de um só serviço, é prejudicial. Relativamente à manifestação, se foi extemporânea, o que importa é que foi feita. -----

-----Sobre o encerramento do Centro de Saúde, disse não concordar com o que foi proferido pelo Senhor Vereador, uma vez que, este executivo sempre apresentou propostas junto de todas as entidades para que o encerramento do SAP não acontecesse, sendo que, ao fim de um ano, receberam uma missiva a comunicar que toda a correspondência tinha sido enviada para Coimbra. -----

-----Disse que é de todo o interesse deste executivo fixar pessoas no concelho, o difícil é mantê-las, uma vez que com estas e outras medidas, infelizmente já conhecidas de todos, cada vez mais isolam o Interior e cada vez mais privilegiam o investimento no Litoral. Referiu que a continuar assim, Celorico da Beira passará a ter 3000 habitantes, que é o número referente aos idosos deste concelho.-----

-----De seguida, o Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que todos são culpados do que está a acontecer e todos sentem o peso dos cortes, no entanto, o maior flagelo é de quem nada tem. Na sua opinião, o município tem de encontrar uma forma de sustentabilidade para estes casos, não só garantindo salários, mas sim, trabalho.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse concordar com tudo o que foi dito, mas para além da manifestação de intenções é necessário saber se a mesma surtiu algum efeito. Custa-lhe viver num país, onde os próprios órgãos promovem manifestações. Relativamente à intervenção do Senhor Vereador José Luís Cabral, concordaria com a mesma, desde que essa ação fosse em defesa de uma região e essa dinâmica começasse em Celorico da Beira. Na sua opinião, não é da competência da autarquia

liderar uma manifestação, mas sim liderar um processo de defesa de uma região.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que o entristece a forma como algumas opiniões são proferidas. Disse que este tipo de iniciativas passa em primeiro lugar por grupos parlamentares, como por exemplo o PCP, que refere na carta enviada ao governo que estas medidas são inaceitáveis e devem merecer por parte das populações, dos autarcas e de todos os democratas e patriotas uma forte contestação em defesa dos serviços públicos de proximidade e de qualidade, sendo que, Celorico da Beira foi quem conduziu este processo, bem como, foi também quem iniciou um outro processo, ou seja, contra as AdZC. -----

-----Deu conhecimento de que numa primeira fase a autarquia procura dialogar junto das entidades competentes, encetando esforços junto dos diversos órgãos institucionais, reiterando os pedidos e que até hoje nunca foram atendidos. Na sua opinião, a partir desta fase deve-se liderar e tomar uma posição. Esta manifestação foi contra o encerramento abusivo e compulsivo de serviços públicos no concelho, incluindo o eventual fecho da repartição de finanças. Com o encerramento destes serviços, a coesão territorial não existe e a social deixa de existir, porque a igualdade de oportunidades deixa de estar presente no Interior, neste caso em Celorico da Beira.-----

-----Disse ainda, que na Assembleia Municipal foi por diversas vezes dito pela bancada do Majusp, que deveria ser feita uma manifestação, demonstrando a indignação de Celorico da Beira relativamente às medidas que estavam a ser tomadas.-----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** relativamente às intervenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e Manuel Portugal, que referem ser contra o momento em que a manifestação foi feita, disse que tem de se começar por algum lado e defender o concelho de Celorico

da Beira, deveria ser o propósito de todos, independentemente das cores partidárias, dos cargos públicos ou políticos que exerçam. Frisou que para que isso aconteça têm de trabalhar em conjunto, com o empenhamento de todo o executivo. Acrescentou que esta marcha, nada teve a ver com política, mas sim, com zelar pelo bem do concelho e dos munícipes.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que está disposto a trabalhar em conjunto e em prol do concelho, no entanto, considera que não é com este tipo de manifestações, mas sim, com os mecanismos e poder de influência a nível regional, onde estivessem presentes todos os autarcas do distrito.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que gostaria de ter visto o Senhor Vereador na manifestação promovida por esta autarquia, como fez contra o encerramento do Hospital da Guarda, tendo estado na linha da frente. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que esta manifestação não foi contra o governo, mas sim, contra as medidas. No entanto, o mais importante é pensar no que é necessário fazer para o futuro. Lançou o repto para que esta situação seja invertida, dando incentivos às pessoas para se fixarem no concelho. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que concorda que é necessário encetar medidas que fixem e mantenham população no Interior, mas essas medidas têm de ser acompanhadas dos indispensáveis fundos financeiros, caso contrário não passam de meras utopias, uma vez que as autarquias não têm tesouraria para projetos desta natureza, que permitam alcancem resultados efetivos. -----

-----**2. GRUPO PARLAMENTAR OS VERDES**-----

-----**ASSUNTO: ENCERRAMENTO DE REPARTIÇÃO DE FINANÇAS - PERGUNTA AO GOVERNO**-----

-----Foi presente *email* do Grupo Parlamentar Os Verdes, datado de 24/10/2013, com registo de entrada n.º 9476, remetendo para conhecimento pergunta dirigida ao Ministério de Estado e das Finanças pelos Senhores Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia sobre o encerramento de Repartições de Finanças.-----

-----**3. FENPROF - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES**-----

-----**ASSUNTO: ENVIO DE CARTA ABERTA EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA**-----

-----Foi presente ofício da FENPROF, Federação Nacional dos Professores, datado de 21/10/2013, com registo de entrada n.º 9397, remetendo para conhecimento uma Carta Aberta em defesa da Escola Pública.-----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que segundo se consta, a escola pública corre sérios riscos de terminar, devido à política que está a ser imposta pelo atual governo. Disse que a escolaridade e a educação é um direito de toda a população. As autarquias cada vez têm mais responsabilidades na educação, acrescentando que, qualquer dia Celorico da Beira não tem escola pública e passa a ter uma escola privada gerida por professores.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que é um defensor acérrimo da escola pública, até porque, a Constituição prevê a educação e o ensino a todos, gratuitamente. Disse que segundo um estudo, os alunos da escola privada são formatados para apresentar resultados, mas por outro lado, não estão preparados para os desafios da vida. Na sua opinião, a escola pública deve continuar e ser impulsionada.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que não é contra o ensino privado e que cada um deve procurar o que é melhor para si, no entanto, é de opinião que o estado deve fiscalizar estas situações. Disse que de acordo com o n.º 1, do art.º 75.º, da Constituição da República, o estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população. -----

-----Deu os parabéns à FENPROF e a qualquer sindicato que lute pela escola pública. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que nada tem contra o ensino privado, no entanto, considera que deve haver mais investimento por parte do estado no ensino público. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** fez uma chamada de atenção ao executivo, em relação a um procedimento que teve anteriormente, ou seja, um ataque à escola pública promovido pela Câmara Municipal. Explicou que o agrupamento tinha uma turma constituída com 30 alunos, para os cursos profissionais e que os mesmos foram encaminhados para uma formação desenvolvida pela autarquia, que segundo a sua opinião era duvidosa. Espera que no futuro, este tipo de situações não volte a acontecer. Na sua opinião, esta situação foi um ataque ao serviço público, a favor do corporativismo privado. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que deveria ter alertado para essa situação a Câmara e Assembleia Municipal, bem como, Conselho Municipal de Educação. Disse não ter tido conhecimento deste procedimento, até porque, é contra este tipo de projeto. Corrobora das palavras do Senhor Vereador Manuel Portugal e na sua opinião as pessoas que estiveram à frente desse tipo de ensino deveriam ter sido chamadas à atenção. -----

-----**4. DESPACHO N.º 22/2013**-----

-----**ASSUNTO: DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo Camarário, que nos termos e ao abrigo do n.º 2, do art.º 65.º e do n.º 2, do art.º 69.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/1, em conjugação com o estatuído nos artigos 35.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, **delega** no âmbito dos pelouros atribuídos, nos Vereadores abaixo designados as suas competências próprias e **subdelega** as competências que lhe estão delegadas, no sentido de poderem gerir e orientar assuntos referentes às áreas de gestão dos respetivos serviços municipais. -----

-----**Vice-Presidente da Câmara Municipal – José Luís Saúde Cabral**-----

-----Ação Social, Saúde e Família; -----

-----Desporto e Juventude; -----

-----Educação; -----

-----Cultura e Biblioteca Municipal; -----

-----Apoio às Freguesias; -----

-----Turismo. -----

-----**Vereadora – Maria do Céu Neves Martins Louro**-----

-----Informática; -----

-----Veterinário Municipal; -----

-----Apoio Jurídico e Contencioso; -----

-----Secretaria. -----

-----As delegações e subdelegações operadas nos termos do presente despacho não abrangem a matéria respeitante à contratação pública, designadamente as competências para a determinação do início e escolha dos procedimentos, adjudicação e demais atos instrutórios, assim como as competências relativas à respetiva execução contratual. -----

-----**5. GABINETE TÉCNICO FLORESTAL**-----

-----**ASSUNTO: PROTOCOLO DE FORNECIMENTO DE FRUTA NO ÂMBITO DO REGIME DE FRUTA ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Técnico Florestal, datada de 18/10/2013, com registo interno n.º 3364, remetendo para aprovação o protocolo de fornecimento de fruta, no âmbito do Regime de Fruta Escolar, para os alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico, a estabelecer entre o Município e a Cooperativa Agrícola de Mangualde CRL, de acordo com o estabelecido pela Portaria n.º 1242/2009, de 12/10, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1386/2009, de 10/11.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** quanto ao assunto em questão, referiu se havia algum impedimento legal, para que fosse o comércio de Celorico da Beira a fornecer a fruta às escolas, sugerindo que fosse feito via Coceba. Disse ainda, que para o ano deveriam ter em atenção essa alteração.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o protocolo de Fornecimento de Fruta no âmbito do Regime de Fruta Escolar, para os alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico, a estabelecer entre o Município e a Cooperativa Agrícola de Mangualde CRL.**-----

-----**6. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014 - MOBILIDADE INTERNA**-----

-----Foi presente informação da Secção de Recursos Humanos, datada de 17/10/2013, com o registo interno n.º 3356, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, referindo que se encontram em Mobilidade Interna Inter Carreiras 3 trabalhadoras deste Município até 31/12/2013. Mais informa que não sendo esta modalidade de mobilidade suscetível de consolidação, nos termos da Lei e da FAQ n.º 3, do Capítulo

“Mobilidade (LVCR)” da DGAEP e pela FAQ de 13 de outubro de 2011 da CCDRC, terá que se sujeitar a decisão superior a sua prorrogabilidade, ou não, até 31/12/2014. -----

-----Apesar da competência consagrada ao Presidente da Câmara pela alínea a), do n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, considerando a remissão, para as decisões relacionadas com recursos humanos, feita pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e a remissão, no artigo anexo do OE 2014 para o órgão executivo, deverá esta deliberação ser sujeita a decisão do órgão executivo. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, proceder à prorrogabilidade da Mobilidade Interna Inter Carreiras, até 31/12/2014, das trabalhadoras com os números mecanográficos 233, 252 e 303.** -----

-----**7. DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS** -----

-----**ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO URBANA NO BAIRRO DE SANTA LUZIA - COVA DA AREIA - CONTA FINAL DA OBRA** -----

-----Foi presente informação técnica da Secção de Obras Municipais, datada de 22/10/2013, com registo interno n.º 3406, submetendo ao executivo para conhecimento e aprovação, a conta final da empreitada supramencionada, que mereceu concordância por parte do adjudicatário. Refere ainda, que a conta da empreitada encontra-se traduzida nos documentos cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a conta final da empreitada “Requalificação Urbana no Bairro de Santa Luzia – Cova da Areia”.**-----

**-----7.1 ASSUNTO: APROVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO
NA PASSAGEM DE NÍVEL COM GUARDA NO BARAÇAL-----**

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 332/2013, datada de 25/10/2013, com registo interno n.º 3431, referindo que tendo sido solicitado a verificação da sinalização existente junto à passagem de nível com guarda, no Baraçal, e após deslocação ao local, verifica que além da sinalização não cumprir o Decreto Regulamentar N.º 22-A/98, de 1 de outubro, a mesma encontra-se bastante deteriorada.-----

-----Mais informa, que sendo uma passagem de nível com guarda, pelo facto de ter cancelas/barreiras, o sinal a colocar não é igual ao existente (A27), mas sim, o sinal A26. Deverão ser colocados os sinais I9a, I9b e I9c representando a distância que separa o sinal A26 da passagem de nível. ---

-----Assim, foram solicitados três orçamentos para fornecimento da sinalização a colocar, nomeadamente, 2 sinais A26, 2 sinais I9a, 2 sinais I9b e 2 sinais I9c, tendo só 2 firmas apresentando o respetivo orçamento.---

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação e aquisição de 2 sinais A26, 2 sinais I9a, 2 sinais I9b e 2 sinais I9c, à firma Prismalux pelo valor total de 218,70€ + IVA, devendo os mesmos ficar devidamente registados e cadastrados.**-----

-----7.2 ASSUNTO: PROCESSOS EM CONDIÇÕES DE EMISSÃO DE CADUCIDADE, NOS TERMOS DO RJUE -----

-----Foi presente informação relativamente ao assunto em epígrafe, datada de 23/10/2013, com registo interno n.º 3410, referindo que é da competência da Câmara declarar a caducidade prevista no n.º 6, do art.º 20.º, no n.º 2, do art.º 71.º e na alínea d), do n.º 3, do art.º 71.º, após audiência prévia dos interessados, conforme n.º 5, do art.º 71.º, do RJUE. --

-----Mais informa que por questões de ordem prática, atendendo ao número elevado de processos, que se encontram nestas condições, optou-se por os enumerar na presente informação, documento cuja cópia se

anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----**A Câmara, nos termos da informação técnica, deliberou, por unanimidade, declarar a caducidade dos processos anexos à presente informação e nos termos da lei, proceder à audiência prévia dos interessados.** -----

-----**8. PROTOCOLO PRODUTORES 2013**-----

-----Foi presente informação interna n.º 3434, de 28/10/2013, propondo para aprovação a Minuta de Protocolo de Produtores, a celebrar entre a CMCB e os produtores de queijo que o subscrevem, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Menciona que anexa à informação orçamento de 4 laboratórios para a realização das análises para o ano de 2013/2014, que depois de analisados verificou que a empresa Controlvelt apresenta o valor mais baixo. -----

-----Nestes termos, submete a presente proposta à apreciação do Executivo. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a Minuta de Protocolo entre o Município de Celorico da Beira e os produtores de queijo que o subscrevem, nos termos da proposta do Senhor Vice-Presidente da Câmara e da informação técnica.** -----

-----**9. GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE TRANSPORTE**-----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Ação Social, datada de 30/10/2013, dando conhecimento de que foi solicitado transporte para

que a menor Melissa Maria Martins Ferreira, possa frequentar as sessões de Hipoterapia na CERCIG da Guarda. Mais informa que o valor do transporte em ambulância é de 26,52€ por dia, já com desconto de 20% de sócio. -----

-----O Gabinete de Ação Social é de parecer que se conceda apoio financeiro para a menor poder frequentar 1 vez por semana as referidas sessões, visto a menor ter paralisia cerebral. -----

-----Assim, o valor global estimado para o transporte da menor até julho de 2014 é de 742,56€, sendo que os dias que a menor não possa frequentar não serão pagos, ficando a encarregada de educação de apresentar comprovativos da frequência das sessões, bem como, no final de cada mês o recibo referente ao transporte efetuado. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que o município, nos últimos anos tem desempenhado um papel muito importante, no apoio a jovens, crianças e idosos, ao nível da área da Educação e Ação Social. -----

-----Congratula-se com o facto de Celorico da Beira ter a sorte de ter um Presidente de Câmara, que sempre teve uma grande sensibilidade para estas áreas, sendo estas vertentes uma prioridade na sua atuação, enquanto autarca, colocando-se sempre à disposição dos seus munícipes. O Concelho ganhou muito nestes últimos anos.-----

-----Relativamente ao pedido em questão, o facto de apoiarem esta menor, é darem-lhe uma vivência diferente e melhor. Disse que infelizmente quer a nível da ULS, quer a nível de outras instituições, não estão preparados para dar resposta a este tipo de situações.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** deu conhecimento de que a escola criou condições para esta menor, no âmbito do apoio da unidade de multideficiência. Há um docente disponível que fez o acompanhamento desta aluna desde o pré-escolar até agora, acrescentando que para além

da hipoterapia proposta na informação, a escola presta outro tipo de apoios. Deu conhecimento de que esta criança é acompanhada semestralmente, pelos técnicos de paralisia cerebral de Coimbra, sendo que, o evoluir tem sido bastante positivo. -----

-----Congratula-se com a autarquia pelo facto de apoiar este tipo de situações e como tal só poderá votar a favor. No entanto, não poderia deixar de alertar para uma outra situação que diz respeito a este agregado familiar, ou seja, as condições de acessibilidade à área habitacional, mais concretamente as escadas que são muito íngremes, dificultando a mobilidade desta criança.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a autarquia está recetiva a este tipo de alertas e vai ajudando como pode. Relativamente a esta situação tudo fará nesse sentido. -----

-----**Nos termos propostos pela informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, efetuar o pagamento do transporte da menor Melissa Maria Martins Ferreira, a uma sessão, por semana, de hipoterapia, na CERCIG – Guarda, até julho de 2014, num valor global estimado de 742,56€, sendo que os dias em que a menor não possa frequentar não serão pagos.** -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:20h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----

